

JOÃO CARLOS LEITÃO

(DES)IGUALDADES, ENVELHECIMENTO E SAÚDE. UM AVANÇO CIVILIZACIONAL

A organização social tal como a conhecemos hoje nos países desenvolvidos, vai buscar os seus alicerces à ideia de Estado de Bem-Estar, partindo da premissa da redistribuição da riqueza de um país pelos seus concidadãos, ou seja, a ideia de que parte do PNB deve servir para minorar as diferenças sociais existentes entre os diversos estratos sociais, sobretudo no que diz respeito às condições básicas para sobrevivência dos indivíduos, como seja: Sistema de Saúde, Educação, Segurança Social e Justiça.

Este conceito de sociedade de Bem-Estar, funda-se na ideia de uma sociedade que tem como valor central o trabalho, pressupondo que grande parte dos indivíduos em vida activa que pertencem a uma determinada sociedade trabalham, sustentando, deste modo, através das suas contribuições, os pilares desta sociedade.

O estado de Bem-Estar é fruto das sociedades subjacentes à Segunda Guerra Mundial, tendo os parceiros sociais, como os sindicatos um papel fundamental na organização do estado e na supressão das discrepâncias sociais, ou seja, o “Estado de Bem-estar foi criado no período do pós-guerra como solução política para as contradições sociais” (Offe, 1990).

Em suma longe de ser um sistema perfeito o estado de Bem-Estar, na sociedade pós-moderna deverá responder a grandes alterações na sociedade, desde o envelhecimento destas populações sobretudo na Europa e no Japão, mas também respondendo a uma nova sociedade que considerava o ócio, como sendo o valor central em substituição do valor do trabalho.

A sociedade do pós-guerra, visou garantir condições de vida incomparavelmente melhores aos seus concidadãos.

Como grande imagem deste período, ficam as consequências sociais deste desenvolvimento, que é o envelhecimento da estrutura demográfica das populações dos países desenvolvidos, assistindo-se nos últimos cinquenta anos, ao surgimento de um novo “grupo social que atrai o interesse individual e colectivo de forma crescente, devido às suas implicações a nível familiar, social, económico, político etc.” (Requejo Osorio e Pinto, 2007), os velhos.

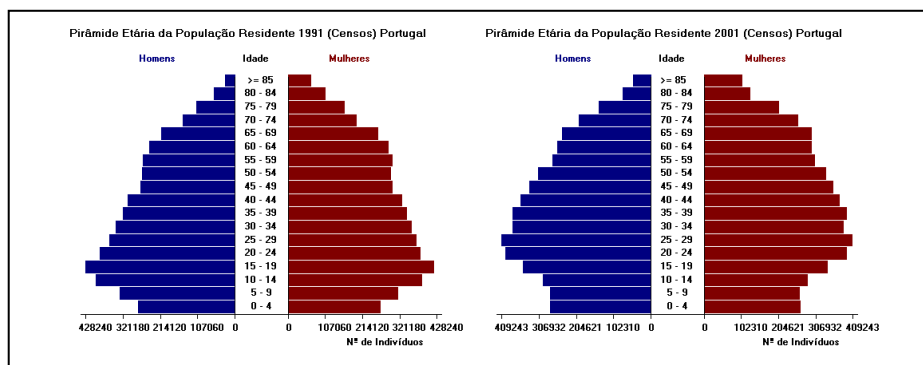


Figura 1: Pirâmides demográficas 1991-2001

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. Resultados Definitivos*

Analisando o caso português através das pirâmides etárias, verificamos que de 1991 a 2001, há um crescimento das classes etárias dos mais idosos, sobretudo no topo da pirâmide, que aliás é bem visível nas últimas duas classes etárias (≥ 85 e 80-84).

Por oposição a estas duas classes etárias, encontramos nas pirâmides um estreitamento da sua base, sobretudo nas classes etárias dos 0-4 anos e dos 5-9 anos, que comparando a base das pirâmides de 1991 para 2001 verifica-se, que esse estreitamento é muito mais severo.

Para além da análise das pirâmides, o que se pode ainda afirmar, tendo em conta outros indicadores demográficos (ver quadro infra), é que a diminuição dos grupos etários dos mais novos é cada vez mais uma realidade demográfica. De tal modo, que acaba por pôr em causa a “sociedade de bem-estar” a longo prazo, dada a diferença futura entre a população em idade activa e por isso contributiva no esforço social para esta sociedade e aqueles que já tendo ultrapassado a idade activa, gozam no seu pleno direito a reforma.

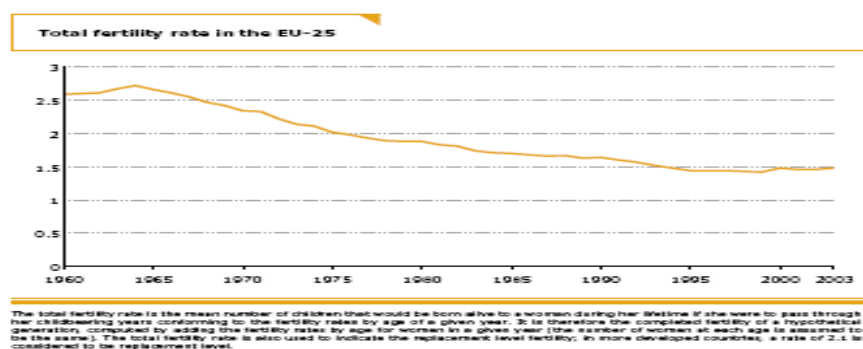


Figura 2: Taxa de fertilidade total na União Europeia

Fonte: *Europe in Figures*, Eurostat Yearbook, 2005

Para esta nova realidade social, muito concorreram os seguintes factores: o aumento da esperança de vida, a diminuição da taxa de mortalidade em todas as idades, mas em particular nas classes etárias dos mais idosos, devido ao avanço dos cuidados sócio-sanitários e a uma diminuição sem precedentes da fecundidade nos últimos anos, como de resto bem se comprova no gráfico anterior, sendo que Portugal segue exactamente a tendência europeia.

Por outro lado, este novo fenómeno do envelhecimento das sociedades desenvolvidas, tem vindo a ser abordado partindo de diversos olhares, subsidiários de diversas áreas do conhecimento. A perspectiva biológica considera a “velhice humana uma redução da capacidade funcional devido ao curso do tempo” (Requejo Osorio e Pinto, 2007). Na perspectiva psicológica do envelhecimento, considera-se que durante o ciclo vital existem momentos de crescimento e de declínio, sendo que na velhice o declínio ocorre mais acentuadamente. Esta perspectiva tem ainda em conta, que associada à velhice, está a ideia de desocupação, por oposição à ideia de ocupação, porém o conceito base subjacente a todo este processo é a procura incessante da ideia de bem-estar.

Noutra perspectiva, considera-se que o envelhecimento é também um processo cultural e social, sendo aqui visto sobretudo como uma alteração de atitudes e mentalidades, que vem mudando o papel dos velhos na nossa sociedade, perdendo estes um espaço de respeito e profunda estima pelo que representam em substituição da ideia de juvenilização da sociedade.

Assim, segundo Osório, a velhice define-se por ser um estado de envelhecimento que começa precocemente e que ao longo da vida adulta se combina com processos de amadurecimento e desenvolvimento.

Do ponto de vista sociológico, considera-se estar perante um grupo socioeconómico, que se distingue em duas categorias: a) pessoas reformadas, com plena capacidade física e mental, que estão na economia como consumidores e como parte da economia informal; b) pessoas biologicamente velhas, com autonomia funcional reduzida e dependentes de recursos externos, que lhes permitam manter boas condições de vida. (pessoas entre os 80 e 90 ou mais anos)

Para a sociologia, a ideia de trabalho ou se quisermos o seu conceito, é um valor central, um conceito de referência em especial porque demarca o papel do homem na estrutura social, a sua capacidade de produzir e consumir e sobretudo serve de referência, ou elo de ligação, entre os indivíduos e a sua participação activa na economia de uma

sociedade, contribuindo através do seu trabalho para o bem comum. Ou seja, no dizer de Solow o valor do trabalho transforma-se numa instituição social, uma vez que é o garante desta sociedade. Solow, considera que o trabalho, não pode ser visto como qualquer outro produto que está no mercado, uma vez que não se rege somente pela lei da oferta e da procura “o trabalho como bem económico tem algo de especial” (Solow, 1992).

Nesta perspectiva estes pilares, são o garante da funcionalidade do próprio sistema, não permitindo grandes desregulações, que teriam um impacto social e económico extremamente negativo.

A reforma é vista como uma conquista social, inserida num conceito mais largo de justiça social, “libertando as pessoas de trabalhar até à incapacidade” (Requejo Osorio e Pinto, 2007). Contudo por oposição à ideia de trabalho, a reforma carrega implicitamente conotações sociais opostas, ou seja, os indivíduos vêem cerceado o seu estatuto social e económico.

Seja como for, devemos considerar do ponto de vista histórico um avanço social profundo nas nossas sociedades, sobretudo por que foi possível atingir uma disponibilidade económica e financeira que se traduziu num bem-estar social e económico sem precedentes com implicações profundas na cidadania.

Ser reformado significa então do ponto de vista social, “estar livre do trabalho, dispor de mais tempo livre e assumir menos responsabilidades sociais, por outro lado, perde oportunidades de emprego, limita os seus contactos sociais e tem menor relevância e poder social. Do ponto de vista económico, beneficia da segurança da pensão vitalícia, de assistência sanitária gratuita, bem como de vantagens fiscais e serviços em espécie gratuitos. No entanto tem de assumir as limitações da revisão da pensão, as maiores necessidades de assistência sanitária, impostos crescentes e a perda de poder de compra” (Requejo Osorio e Pinto, 2007).

No caso concreto de Portugal, o sistema de pensões tem características muito particulares, dado o seu atraso relativo na implementação de um sistema global pensões, que no contexto actual significa que nem toda a população se encontra coberta ainda hoje por um sistema de pensões, por outro lado, a ideia de um sistema de bem-estar como vemos noutras sociedades europeias parece estar definitivamente fora do nosso alcance, uma vez que a partir de 1980 o comportamento demográfico português, ao acompanhar a tendência de outras sociedades europeias e, mais que isso, plasmar em muito pouco tempo o mesmo saldo fisiológico, põe em causa a sustentabilidade do sistema de pensões, sendo

que a relação hoje entre os que estão na vida activa e os reformados tende para um maior desequilíbrio, por cada cidadão reformado existem 1,9 cidadãos em idade activa.

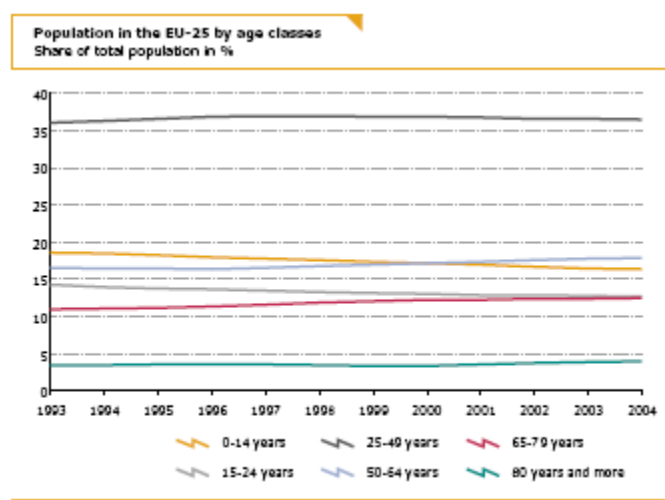


Figura 3: Divisão da população da União Europeia por classes etárias

Fonte: *Europe in Figures*, Eurostat Yearbook, 2005

O que, aliás, se comprova na análise do ratio idosos/jovens, que de 1940 a 2005, passou de vinte idosos por cada cem jovens, para no ano 2000, passar a haver mais idosos do que jovens, e em 2005 atingir uma relação de cento e sete idosos por cada cem jovens, deixando bem claro a futura tendência demográfica de envelhecimento da população portuguesa e o risco da clara insustentabilidade do sistema de segurança social a curto e médio prazo, caso não haja medidas que respondam de forma efectiva a um novo reequilíbrio do sistema.

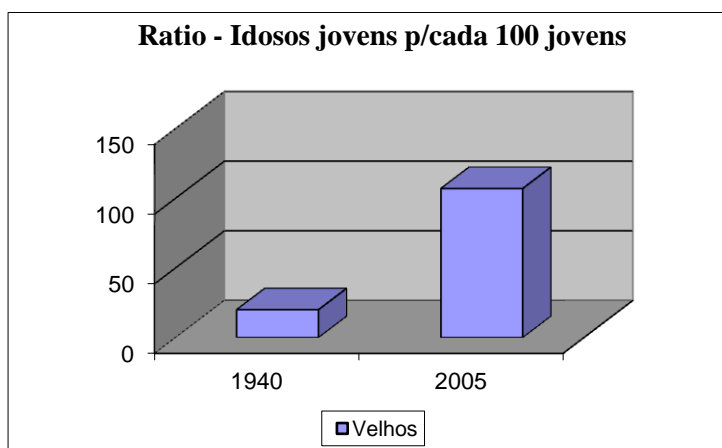


Gráfico 1: Ratio idosos por cada 100 jovens

Fonte: INE, 2005

Estamos assim perante um caso inacabado de uma sociedade de bem-estar, de uma sociedade que dado o seu envelhecimento no topo e na base da pirâmide demográfica evidencia alguns sinais de regressão demográfica, impossibilitando por um lado, a cobertura universal de todos os cidadãos e por outro lado, assegurar aos seus cidadãos rendimentos provenientes das pensões que permitam uma vida condigna.

Ainda que este seja um problema comum a todas as sociedades europeias e não só (ex. Japão), a verdade é que no caso português, este problema reveste-se de contornos culturais, sociais e económicos diferentes das restantes sociedades.

Do ponto de vista cultural, existe da parte dos cidadãos um forte sentimento de resistência e de sentimento de injustiça nas contribuições destes, para as prestações sociais que visam aperfeiçoar, manter ou garantir o estado de bem-estar, sejam quais forem e independentemente das suas características. Em parte fica a dever-se a uma profunda incapacidade dos sistemas educacional, político e dos *mass media*, em explicar ao cidadão comum a importância destas prestações sociais, dado que a ideia de Estado que passa de geração em geração é a ideia de uma realidade contrária aos interesses do cidadão e que em nada contribui para o seu bem-estar.

A fraca taxa de educação formal dos portugueses é em diversos sentidos o maior aliado deste sentir acima descrito. Esta perspectiva cultural em muito fica a dever-se à fraca literacia e qualificação dos portugueses, que dificulta a compreensão da ideia de Cidadania e de Estado.

Em termos económicos, sendo a estrutura produtiva baseada em mão-de-obra pouco escolarizada e qualificada, promove uma fraca produtividade e pouco valor acrescentado, assentando num paradigma de desenvolvimento já por si frágil. Dadas as condicionantes acima descritas a sustentabilidade do sistema, seja por via dos incrementos percentuais das prestações, seja pelo alongamento da vida activa dos cidadãos. Uma grande percentagem dos trabalhadores ainda exerce ou exerceu trabalhos fisicamente muito exigentes e penosos (na agricultura/pesca e na indústria), criando grandes resistências ao prolongamento da vida activa pelo esgotamento físico destes, ou pelo aumento percentual das suas contribuições, dado que este tipo de trabalho de baixa qualificação é mal remunerado.

A imagem seguinte pretende retratar de forma mais nítida possível, o problema de sustentabilidade da Segurança Social portuguesa.

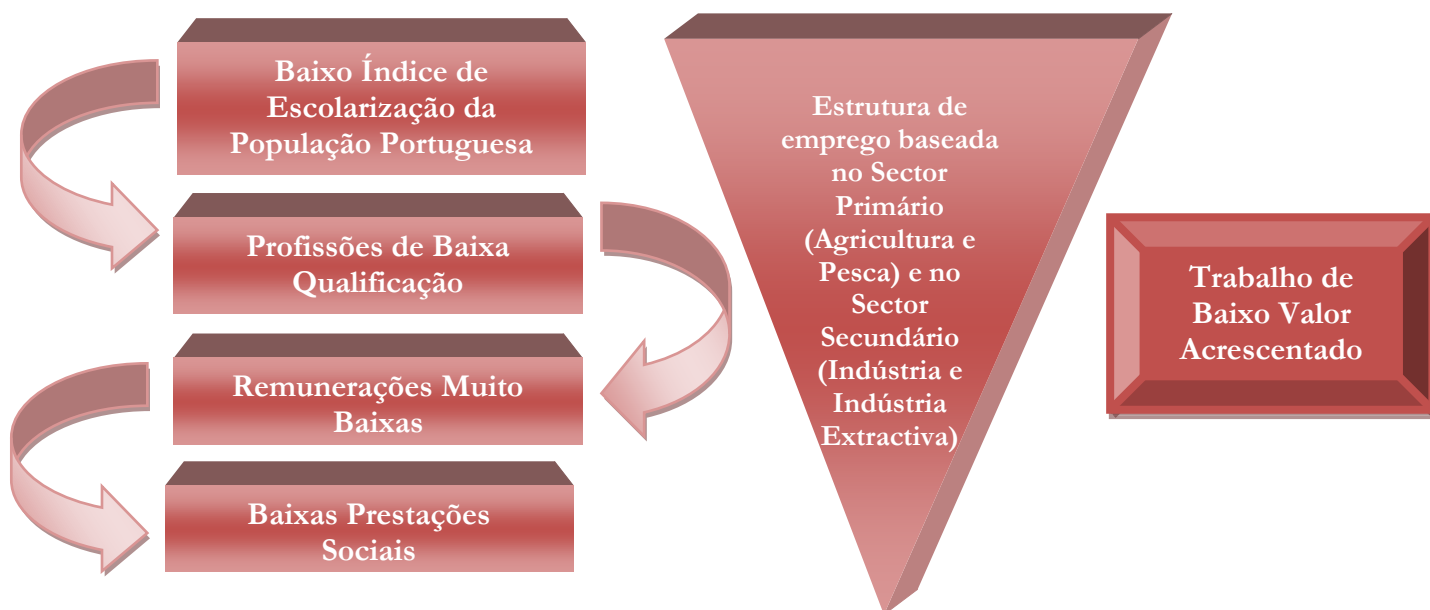


Figura 4: Ciclo regressivo de desajuste social e económico

O envelhecimento humano – uma etapa multifacetada da vida

Considerar o envelhecimento humano como um processo, em que o desgaste sofrido pelo indivíduo o esgota, que acumula erros atrás de erros, é ter uma perspectiva muito reducionista do processo de envelhecimento humano.

De igual forma, considerar este processo como um declínio mental ou intelectual que o entende “como um processo de deterioração celular e evolução orgânica” (Requejo Osorio e Pinto, 2007) numa perspectiva organicista é também olhar o fenómeno partindo da exclusão da interacção do indivíduo e o meio.

É precisamente esta última perspectiva, que entende o envelhecimento como a interacção entre o indivíduo e o meio, considerando que aquilo que determina o envelhecimento humano é precisamente este percurso dialéctico de adaptação entre o homem e o meio.

O modelo considera que para além da interacção já descrita entre o indivíduo e o meio, este acaba por se modificar em função das alterações produzidas por si próprias. O ambiente e a realidade cultural acabam por ser modeladoras da conduta humana, que adquirem uma característica especial uma vez que não são determinadas geneticamente, sendo por isso o envelhecimento um processo único, vivido diferentemente por cada indivíduo.

Considera-se que o indivíduo estabelece uma relação única entre ele próprio e a cultura, gerando um universo biocultural, que torna diferente o seu envelhecimento, abrindo uma perspectiva unidimensional desse processo.

Como fica claro, todas estas profundas transformações sociais, assentes no prolongamento da vida dos indivíduos, demonstram um grande avanço do ponto de vista social. A qualidade de vida na Europa, na América do Norte e Japão atingiu um patamar nunca antes alcançado.

Contudo como desde já se vê, há um “mundo” ou uma parte deste, que ficou de fora de todo este desenvolvimento desejável. Parte desse mundo coexiste no hemisfério sul do nosso planeta, mas também no hemisfério norte encontramos “ilhas de pobreza” ou de subdesenvolvimento guetos sociais, culturais e económicos, que contrastam profundamente com ambientes de prosperidade, paredes-meias com a pobreza profunda.

Alguns desses guetos estão no coração envelhecido das nossas cidades, nas partes velhas das nossas urbes que tardam em conhecer uma verdadeira política de integração social e de rejuvenescimento dos centros da cidade.

Quando existem alterações nas zonas velhas da cidade, na sua grande maioria, são intervenções de especulação imobiliária, algumas de engenharia, muito menos de arquitectura e praticamente nenhuma de intervenção social junto das populações, na sua maioria idosas, com condições de saúde precárias, em condições de isolamento familiar, social, económico e de segurança.

Dando exemplos e falando da cidade de Lisboa, assim se encontra toda a zona velha da cidade, Graça, Penha de França, Anjos, Arroios, Alcântara, Mouraria, Bairro Alto e agora também as Avenidas Novas (Av. de Roma e Alvalade). Todas estas áreas e outras carecem obviamente de requalificação social, arquitectónica, de serviços que respondam às reais necessidades dos seus habitantes e muito menos de especulação imobiliária, sem uma política de reorganização do espaço social, cultural e demográfico da cidade. Este retrato não é muito diferente das outras cidades, mudarão os nomes dos bairros a escala a que as coisas acontecem, mas a degradação será em tudo semelhante.

Poder-se-á falar de uma cidade de velhos, onde o espaço dos serviços ganha cada vez mais terreno, numa cidade viva durante o dia, mas morta durante a noite, com movimentos pendulares diários de uma população que chega à cidade pela manhã e parte ao final do dia, deixando-a despovoada até ao outro dia de manhã, onde os velhos solitariamente esperam por novo dia.

Mas ao mesmo tempo que se vê um envelhecimento no centro urbano das cidades, encontramos mais uma linha divisória entre novos e velhos no nosso País, a tão marcada diferença entre litoral e interior. Temos assim um litoral densamente povoado e um interior com menor densidade populacional e sobretudo envelhecido.

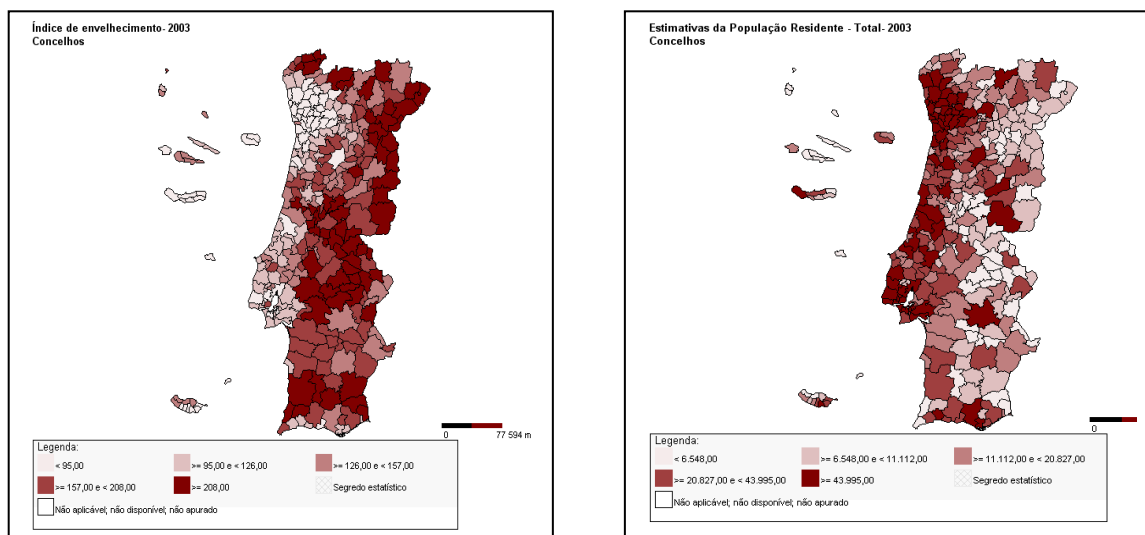


Figura 5: Índice de envelhecimento/estimativas da população residente por concelhos em 2003

Fonte: INE, *O País em Números*, 2004

Se a Norte do Tejo encontramos agregados populacionais mais concentrados, a Sul do Tejo encontramos uma população mais dispersa no território por isso isolada. Estas características de povoamento, limitam em muito a vida dos velhos, sendo no Alentejo que encontramos as taxas de suicídio mais altas do país. Também será aqui, que mais difícil será prestar apoio social a estas populações envelhecidas não só pela distância, mas também pela eficácia em muito determinada pelos custos de uma intervenção de proximidade da assistência social e de cuidados de saúde.

Grande parte das diferenças entre o litoral e o interior estão tipificadas, em torno dos indicadores de qualidade de vida como seja os descritos no quadro infra.

<i>Dimensões</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Urbano</i>	<i>Rural</i>
Dinâmica demográfica	Var. % da População residente 1991-2001 % de população com menos de 15 anos	Dinâmicas demográficas mais positivas (ou menos negativas, tendo em conta o comportamento, tanto dos saldos natural, como efectivo, a nível nacional, entre os dois censos) e um maior índice de juventude dos residentes	Dinâmicas demográficas mais negativas, com reflexos directos na acentuação dos processos de envelhecimento.
Actividades económicas	SAU por exploração (hectares) % de activos na agricultura % de activos na indústria % de activos mais qualificados	Uso do solo para fins agrícolas com um significado muito residual, a par de idêntico comportamento do emprego na agricultura. Relativa importância do sector secundário, num contexto de forte predominância do emprego nos serviços. Níveis de qualificação mais elevados dos activos residentes.	A importância das actividades agrícolas é medida, tanto pelo volume de emprego na agricultura, como pela maior intensidade de utilização agrícola do solo. Em contrapartida, é de esperar um peso diminuto das actividades industriais e baixos níveis de qualificação da mão-de-obra.
Infraestruturas e equipamentos	População Servida com Estações de Tratamento de Águas Residuais (%)	Relativamente ao acesso a serviços públicos avançados, é de esperar uma posição mais favorável dos concelhos com características mais urbanas, o mesmo se passando no que respeita aos níveis de cobertura por algumas redes de saneamento básico. No entanto, e dado o esforço, de âmbito nacional, de investimento neste tipo de infraestruturas, equipamentos e serviços, ao longo das últimas décadas, a par de processos de regressão demográfica que tendem a subverter os limiares de rentabilidade em áreas rurais, pode também esperar-se a detecção de baixas taxas de cobertura em áreas urbanas, em especial nos concelhos suburbanos.	
	Recolha e Reciclagem de Resíduos Sólidos em 2001(%)		
	% freguesias com TV Cabo		
	% freguesias com 3 redes telemóvel		
	%escolas básicas com acesso à internet		

Quadro 1: Variação teórica associada aos indicadores utilizados para a tipologia urbano/rural

Fonte: *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental, Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social*, ISS, IP Com a colaboração da Geoideia para o tratamento estatístico, Janeiro 2005

Verifica-se também, que a proporção dos que deixaram a vida activa, vivem também no interior do país, sendo por essa razão que a dicotomia litoral/interior mais uma vez fica bem vincada, mostrando bem a diferença entre aqueles que dependem de uma pensão ou reforma para a sua sobrevivência e aqueles que trabalham e uma larga fatia da população do interior, que se aproxima da idade da reforma.

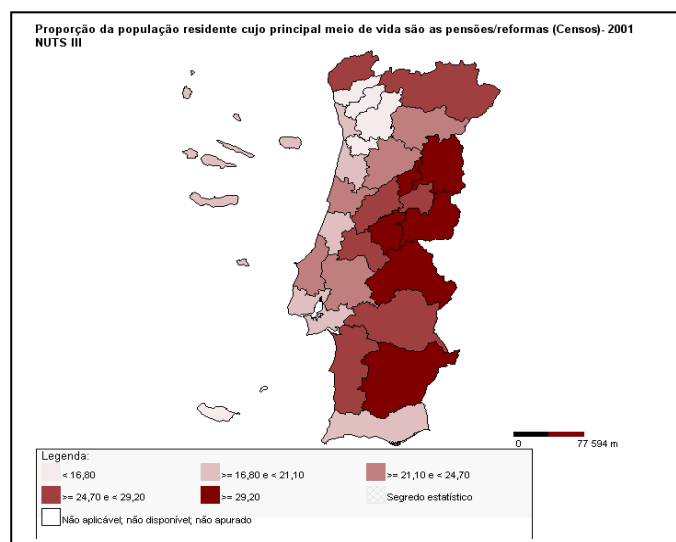


Figura 6: Proporção de população residente cujo principal meio de sobrevivência são as pensões/reformas

Fonte: INE, *O País em Números*, 2004

Se por um lado todos os movimentos migratórios internos ou externos se caracterizam, pela saída dos novos para outros territórios e a permanência dos velhos no território de origem, não se estranhará que os velhos ocupem a parte do território menos atractiva, quer do ponto de vista dos empregos, quer por consequência das infraestruturas ou da ausência delas. Por outro lado, no caso do nosso território é também notório que a parte menos atractiva é aquela que tem como actividade principal a agricultura, ou seja, o interior onde existe uma depreciação do valor do trabalho realizado nessa actividade e onde, por essa razão, conjuntamente com a pouca qualificação e idade de quem fica, a inovação, no sentido mais amplo é de difícil realização, sendo por isso territórios com baixo índice de atractividade de populações mais novas e mais escolarizadas.

Na nossa sociedade é também muito comum que uma vez chegada o fim da vida activa os indivíduos abandonem o litoral e as grandes cidades, voltando para os seus lugares de origem, reforçando assim com população, mas, mais velha as regiões que já por si estão envelhecidas, o que acaba por reforçar ainda mais este quadro do envelhecimento do interior.

Mas nem tudo é negativo, também transportam novas ideias e novas formas de fazer as coisas, encontrando-se aqui e ali exemplos de inovação social, para tornar estes territórios mais atractivos.

De resto, nesta imagem fica bem visível na comparação dos valores médios das pensões entre regiões, ainda que as médias não deixem ver as realidades mais expressivas do ponto de vista das diferenças entre sujeitos. A oposição é clara, entre territórios mais atractivos de qualificações, emprego, sectores de actividade mais inovadores, melhores salários e melhores pensões em detrimento dos menos atractivos.

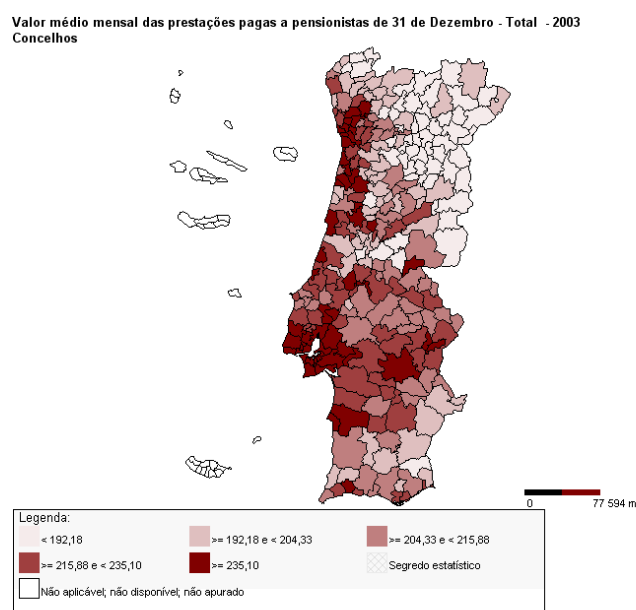


Figura 7: Valor médio mensal das pensões/reformas

Fonte: INE, 2004

Sendo os valores médios das pensões muito exíguos, a média mais alta do valor das pensões é 235,10€ em Portugal e verifica-se no litoral maioritariamente, a imagem do território nacional deixa bem claro, mais uma vez, a divisão entre litoral e interior, consequência de todos os indicadores já identificados e que resulta na diferença entre o sector de actividade baseado na indústria e serviços mais radicados no litoral, exigindo mais qualificações e por isso maiores salários e consequentemente melhores pensões.

Em contraponto encontramos um interior em que o sector de actividade principal é a agricultura e alguma indústria extractiva, onde predominam os salários baixos e agricultura de subsistência e por isso valores médios de pensão muito baixos (192,18€), Esta situação fica a dever-se em grande parte ao quadro qualificacional dos recursos

humanos que desempenham estas profissões, que em consequência da fraca qualificação têm salários muito baixos, sendo as suas pensões também muito baixas.

Parte deste problema, radica numa ausência de política regional, que se preocupe em reduzir assimetrias entre regiões. Como consequência, as regiões do interior são menos atractivas, com condições de atracção deficitárias da população com novo quadro qualificacional e das empresas, o que se manifesta no desinteresse empresarial, para investir nestas regiões e reequilibrar o território, quer em termos de desenvolvimento, quer em termos populacionais, acelerando-se o processo de desertificação humana do interior.

Os valores médios das pensões são tanto mais preocupantes, quanto tenhamos em conta os limiares de sobrevivência, aceites para Portugal. Embora Portugal tenha o Limiar de Sobrevivência mais baixo da União Europeia, 387€ (77.587\$), facilmente se verifica que o valor médio das pensões é insuficiente (235,10€), muito abaixo do Limiar de Pobreza.

O problema é tanto maior quanto considerarmos que Portugal é dos países da União Europeia que tem uma taxa de distribuição da riqueza mais deficitária da Europa, tendo em conta os países que disponibilizaram os dados ao Eurostat. Como de resto se vê no gráfico infra.

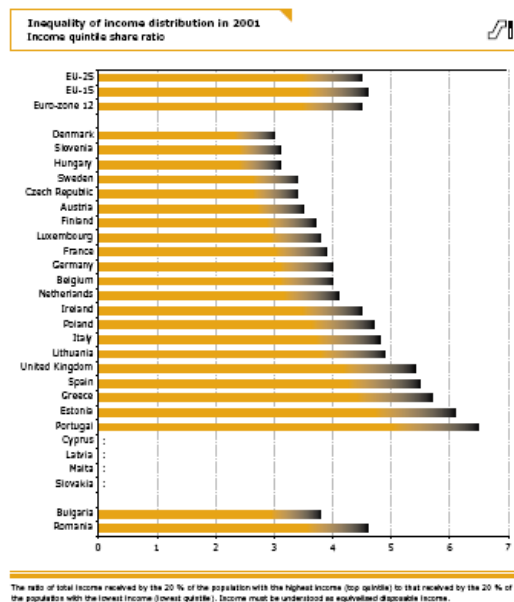


Figura 8: Desigualdade na distribuição da riqueza em 2001

Fonte: Eurostat, 2005

Existe assim uma profunda incapacidade de uma grande fatia da nossa população ter uma vida condigna no nosso País, ou seja, corresponder como seria natural às necessidades diárias de alimentação, saúde, sempre mais exigente com o avanço da idade, habitação e justiça e eventualmente de educação. Digo eventualmente porque apesar de ser uma população com uma profunda insuficiência de educação formal, também sabemos que quanto menor é o seu grau de escolaridade, menos sentem essa necessidade e no caso da população reformada, como é o nosso, consideram que o processo de educação formal, “já não vem a tempo, era bom quando era novo, se pudesse ter estudado”. Apesar de tudo, são cada vez mais os idosos que procuram formação quer para aprender a ler, quer no Ensino Superior Sénior.

	Limiar da pobreza	Salário médio
Luxemburgo	1.928€ (386.529\$)	3.213€ (644.149\$)
Dinamarca	1.828€ (366.481\$)	3.043€ (610.067\$)
Reino Unido	1.634€ (327.588\$)	2.723€ (545.912\$)
Alemanha	1.604€ (321.573\$)	2.674€ (536.089\$)
Bélgica	1.506€ (301.926\$)	2.510€ (503.210\$)
França	1.276€ (255.815\$)	2.127€ (426.425\$)
Suécia	1.252€ (251.003\$)	2.086€ (418.205\$)
Finlândia	1.204€ (241.380\$)	2.006€ (402.167\$)
Áustria	1.143€ (229.151\$)	1.905€ (381.918\$)
Holanda	1.031€ (206.697\$)	1.719€ (344.629\$)
Irlanda	982€ (196.873\$)	1.637€ (328.189\$)
Espanha	725€ (145.349\$)	1.208€ (242.182\$)
Grécia	700€ (140.337\$)	1.167€ (233.962\$)
Portugal	387€ (77.587\$)	645€ (129.311\$)

Segundo a União Europeia, é considerado pobre aquele que ganha 60% do salário médio do seu país. Como em Portugal a média de ordenados é de 645€ (129.311\$), o nosso limiar da pobreza é o mais baixo da UE.

Figura 9: Comparação entre limiares de pobreza e salários médios

Uma abordagem multidisciplinar das implicações do envelhecimento da população

As implicações do envelhecimento demográfico das sociedades desenvolvidas, são sobretudo abordadas do ponto de vista económico e de sustentação da Segurança Social. Muito pelo contrário, o envelhecimento humano afecta as nossas sociedades de forma multidimensional na forma como trabalhamos, repartimos o tempo social no nosso

percurso de vida, nos riscos sociais (que enfrentamos), nas identidades sociais inerentes a cada idade, nas relações entre gerações.

“O alargamento da vida, põe em causa todo o modelo cultural de organização social desde as idades aos tempos sociais, ou seja, a necessidade de redefinir o papel das diversas gerações e o seu papel na produção de riqueza” (Guillemard, 2005: 377).

Um outro aspecto fundamental a ter em conta, é o emprego nas diferentes gerações, bem como a posição dos indivíduos no sistema de protecção social. Mas muito mais está para definir, como seja, o papel das diferentes gerações na nossa sociedade no que diz respeito “ao seu lugar na produção da riqueza, como será a transferência de recursos, como se estruturará as novas formas de solidariedade entre gerações” (Guillemard, 2005: 317).

Deste modo para se compreender os efeitos do envelhecimento da nossa sociedade, sobre ela própria torna-se necessário a utilização de uma perspectiva teórica que abranja as evoluções interdependentes entre três dimensões centrais que são: o mercado de trabalho, o sistema de protecção social e a organização das temporalidades no ciclo de vida.

Contudo será que se deve olhar para o envelhecimento nos países desenvolvidos como uma fatalidade, ou devemos olhar este acontecimento como uma determinante somente demográfica, ou antes pelo contrário como já se disse, como um conjunto multidimensional, com respostas políticas diferentes nos diversos países mostrando as diversas formas de compreender e entender este fenómeno?

Na sua grande maioria os países europeus encorajaram as pré-reformas, de tal modo, que as taxas de emprego entre activos dos 55 aos 64 anos caíram para metade entre 1975 e 1995. Contrariamente os países escandinavos encorajavam, através de políticas activas de emprego dirigidas aos maiores de 45 anos a sua permanência no mercado de trabalho, em vez de se antecipar a sua saída do mercado de trabalho.

Quando analisamos as taxas de empregabilidade, no Japão, Suécia e Dinamarca no grupo etário dos 55 aos 64 anos, verificamos que estas taxas são muito altas por comparação com a dos restantes países. Nestes últimos casos demonstram carreiras em declínio com dificuldades de promoção e salários mais baixos e mais dificuldades para aceder à formação. Acima dos 50 anos verifica-se, também, uma vulnerabilidade crescente perante o desemprego, sendo mesmo de longa duração em muitos casos.

Apesar de tudo, o esforço começa a ser feito e segundo Vieira da Silva “no limite, pretende-se prolongar com alguma dimensão a sua carreira poderá até manter aquela prestação que estava prevista, se não houvesse esta reforma. Obviamente, que vai depender

da evolução da esperança de vida. São factores que se vão desenvolver num espaço muito longo” (Silva, 2007).

Também em Portugal e apesar do relatório da OCDE, o esforço começa a ser feito, embora a sensação para os trabalhadores seja de profunda injustiça, contudo estas medidas têm obviamente consequências sociais, como de resto se vê nos países que já as aplicaram.

Nestes países também se verifica, que quer os jovens, quer os velhos estão cada vez mais tempo fora do mercado de trabalho, por razões obviamente diferentes. Por um lado, os mais novos têm mais dificuldade em arranjar emprego e a encontrar a estabilidade no emprego, necessária para constituir família que, surge cada vez mais tarde. Por outro, os mais velhos, quase sempre, passam por prolongados e cada vez maiores processos de desemprego de longa duração.

Ou seja, parece que do ponto de vista económico, na nossa sociedade será mais barato manter um jovem desempregado, do que um velho reformado, por outro lado, a tendência será para os jovens entrarem mais tarde no mercado de trabalho e consequentemente saírem mais tarde desse mercado de trabalho, prolongando a sua vida activa, como sendo mais uma forma de reequilibrar o sistema de segurança social.

Temos assim várias hipóteses de reequilíbrio da segurança social, ou formas conjugadas para o seu reequilíbrio:

- Saídas mais tardias do mercado de trabalho ou vida activa;
- Entrada mais tardia no mercado de trabalho, percursos mais curtos de vida contributiva, aumentada unicamente pela dilatação da vida activa na recta final da vida;
- Aumento das prestações sociais, para a segurança social, o que no nosso país dada a política salarial de baixos salários, dificultaria muito este processo e a forma como culturalmente se vê este tipo de contribuições;
- Diminuição das prestações sociais do estado para os reformados e pensionistas, o que é uma quebra sem precedentes na solidariedade entre gerações e com profundas consequências sociais de ainda maior exclusão social;
- Ou numa perspectiva neoliberal, permitir-se uma privatização desta área e responsabilizar os indivíduos pela sua futura performance no final da vida activa, como de resto se pode ver no exemplo dos EUA.

De algum modo o que se tem concretizado é a configuração de políticas de protecção social e de emprego diferentes nas diversas culturas, devemos considerar assim

que “a forma como esta questão é analisada depende sempre do contexto social. Assim resultará das interdependências entre os normativos, políticas de protecção social e emprego e sistemas de relações profissionais” (Guillemard, 2005: 322).

Compreender hoje o envelhecimento, significa entender a velhice como um processo, um processo que tem características biológicas, sociais e psicológicas, sendo que cada uma destas características é condicionada pelo meio envolvente, seja ele físico, social, cultural e genético de cada um dos indivíduos.

Mas o indivíduo também é visto como parte activa neste processo, na medida em que toma decisões na sua vida que influenciam e condicionam o processo de envelhecimento. O Homem torna-se assim, como um meio que do ponto de vista psicológico tem mecanismos de “auto-regulação do indivíduo no campo de forças, pelo tomar de decisões e opções, adaptando-se ao processo de senescência e envelhecimento” (Paúl, 2005: 275).

Em todo este processo, considera-se também que é um processo biológico, chamando à atenção dos estudiosos que os processos de envelhecimento também são processos biológicos considerando-se que a vulnerabilidade dos indivíduos é crescente e de maior probabilidade de morrer, a que se chama senescência.

Por último considera-se que os processos sociais, também têm o seu peso na forma como se envelhece, é através dos papéis sociais que cada um desenvolve durante a sua vida, que se pode apropriar mais ou menos às expectativas da sociedade, para o seu nível etário.

“A perspectiva multidisciplinar do envelhecimento abriu caminho à gerontologia, ainda que com raízes anteriores, emerge de forma clara a partir da segunda metade do século XX e ganha na visibilidade na década de oitenta.” (Paúl, 2005: 275).

Este ganho de notoriedade da gerontologia em muito se fica a dever à primeira Assembleia Mundial Sobre o Envelhecimento. Foi sem dúvida a primeira manifestação global por parte dos Estados, onde se manifestou a preocupação sobre os riscos para o bem-estar da humanidade que podem resultar do alongamento da longevidade. Esta assembleia teve como primeiros objectivos elaborar princípios orientadores de uma política mundial para o envelhecimento e formular recomendações, sobre medidas a serem tomadas.

Esta assembleia centrou-se sobretudo na identificação das necessidades crescentes e constrangimentos de um mundo que envelhece. Assim considerou-se que seria primordial estabelecer mais apoio médico e mais apoio social, contudo as condições de escassez

financeira da segurança social, dificultam em muito que se faça frente às necessidades sociais reconhecidas.

Contudo a crise não se estabelece unicamente por pressupostos económicos, mas também por pressupostos sociais. As famílias tradicionais também se encontram em crise, enfrentando extremas dificuldades para assegurar os cuidados dos seus velhos.

A família ou a ideia dela tem vindo ao longo dos tempos gradualmente a ser alterada. Para Saraceno (1997), na Roma Antiga predominava uma estrutura familiar patriarcal em que o vasto leque de pessoas se encontrava sob a autoridade de um mesmo chefe, durante a Idade Média, as pessoas começaram a estar ligadas por vínculos matrimoniais, formando novas famílias. Dessas novas famílias fazia também parte a descendência gerada que, assim, tinha duas famílias, a paterna e a materna. Com a Revolução Francesa surgiram os casamentos laicos no Ocidente e com a Revolução Industrial, tornaram-se frequentes os movimentos migratórios para as cidades maiores, construídas em redor de complexos industriais. Estas mudanças demográficas originaram o estreitamento dos laços familiares e as pequenas famílias, num cenário similar ao que existe hoje em dia. As mulheres saem de casa, integrando a população activa, e a educação dos filhos é partilhada com as escolas.

É a evidência que “a família vem-se transformando através dos tempos, acompanhando as mudanças religiosas, económicas e sócio-culturais do contexto em que se encontram inseridas” (Saraceno, 1997). Esta é um espaço sócio-cultural que deve ser continuamente renovado e reconstruído.

De acordo com o que foi descrito anteriormente, pode-se caracterizar quanto à estrutura de família nuclear ou conjugal, ou seja, a que consiste num homem, numa mulher e nos seus filhos, biológicos ou adoptados, habitando num ambiente familiar comum (Giddens, 2000).

Mas para além de todas estas mudanças na nossa sociedade, é necessário olhar para o envelhecimento da nossa sociedade, estando conscientes de que as suas nuances também marcam pesadas diferenças sociais, sobretudo aquelas que resultam de diferenciação social sejam elas quais forem. Podemos assim sistematizar algumas delas que têm bastante peso no processo de envelhecimento individual e colectivo, na forma de expressão concreta da qualidade de vida de cada indivíduo, antes da sua vida activa, durante a sua vida activa e finalmente depois da sua vida activa.

- Género;
- Cultura (etnia);

- Características físicas e psicológicas do indivíduo;
- Variáveis comportamentais (exemplo: profissões de risco psicológico, como controladores de tráfego aéreo, ou físico, como mineiros);
- Variáveis económicas;
- Meio físico onde desenvolve as suas actividades (vive e trabalha);
- Meio social (conjunto de oportunidades potenciadas pelo seu grupo de pertença);
- Serviços sociais e acesso prestados pelas entidades competentes.

Todos estes factores, desde as mudanças históricas referidas às questões sociais e por isso transversais a qualquer época histórica, alteram profundamente a forma como a velhice é percebida sentida e vivida por cada um dos sujeitos no seu processo individual de envelhecimento. É urgente a redefinição do papel de velho nas nossas sociedades, onde os velhos mais parecem ser uma entidade estatística e eleitoral.

Fica de algum modo por definir “qual o papel das diferentes gerações na nossa sociedade, o seu lugar na produção da riqueza, como será a transferência de recursos, como se estruturará novas formas de solidariedade entre gerações” (Guillemard, 2005: 317).

A sociedade deverá olhar para esta nova dinâmica social como um desafio que urge responder, fruto de um dos maiores avanços civilizacionais e que necessita de equilíbrio entre um marco de desenvolvimento e a necessidade de se reconfigurarem os papéis sociais nas nossas sociedades.

Referências bibliográficas

Eurostat (2005), *Europe in Figures*, Eurostat.

Giddens, A. (2000), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (2.^a ed.).

Guillemard, A.-M. (2005), “Une nouvelle gestion des âges en réponse au vieillissement de la population”, *Sociologia*, pp. 317-355.

Instituto Nacional de Estatística (2004), *O País em Números*, Lisboa, INE.

OECD (2007), *Pensions at a Glance. Public policies across OECD Countries*, OECD.

Offe, C. (1990), *Algunas Contradicciones del Moderno Estado del Bienestar*, Madrid, Alianza.

Paúl, C. (2005), *Envelhecimento Activo e Redes de Suporte Social*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Requejo Osorio, Augustín; Pinto, Fernando Cabral (2007), *As Pessoas Idosas. Contexto social e intervenção educativa*, Lisboa, Instituto Piaget.

Saraceno, C. (1997), *Sociologia da Família*, Lisboa, Estampa.

Silva, V. (8 de Junho de 2007), “Governo discorda de estudo sobre reformas” (TSF, Entrevista).

Solow, R. M. (1992), *El Mercado de Trabajo Como Institución Social*, Madrid, Alianza.

www.socialwatch.org.